



A SOCIEDADE CAPITALISTA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA RELAÇÃO PARADOXAL

Eliseu da Silva Melo (IC)¹,
Adriana Massaê Kataoka (PQ)²,
Ana Lucia Suriani Affonso (PQ)³,
Camila Chapieski Reynaud (IC)⁴,
João Fernando Ferrari Nogueira (IC)⁵.

Palavras Chave: capitalismo; educação ambiental; paradigma; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais a natureza é vista como recurso natural para alimentar um modelo de desenvolvimento usurpador e concentrador de riquezas e que vem sendo disseminado e incorporado por todo o planeta em um processo chamado globalização (GUIMARÃES, 2006). A relação estabelecida entre o homem e a natureza criada por esse modelo tornou-se conflituosa, passando a priorizar o acúmulo de capital e a exploração levando a um modo de vida insustentável, caracterizando assim, a crise ambiental (REZENDE; OLIVEIRA, 2010). Como consequência desta crise o que se vê é que qualquer indivíduo, independente das suas motivações e necessidades, reconhece o meio ambiente como dimensão indissociável da vida humana e base para a manutenção e perpetuação da vida terrestre (LOUREIRO, 2007). No entanto, no modo de produção capitalista a relação homem/natureza e sociedade/natureza têm tomado novas configurações, muitas vezes conflituosas, de exploração dos recursos disponíveis.

Segundo Porto-Gonçalves (2006), essa crise está diretamente relacionada ao modelo socioeconômico promovido pelo mundo ocidental contemporâneo, fruto de um processo histórico, que tem suas raízes na implantação da moderno-colonialidade. Seu cerne encontra-se na proposta de dominação da natureza e dos grupos relacionados a ela com exploração pelo interesse do capital, da mais-valia universal, motor único do mundo capitalista contemporâneo (SANTOS, 2009). Tudo assume um valor de mercado, e esse valor, abstrato por natureza, é o equivalente geral para todos os objetos e ações frutos das relações ser humano-meio ambiente. O objetivo último da existência humana é o lucro, e este pauta todas as relações que são estabelecidas.

O paradigma atual de desenvolvimento é um modelo meramente capitalista que visa ao lucro máximo, pautado em uma racionalidade econômica. É inegável que o crescimento econômico em si gera bem-estar à sociedade, e o meio ambiente é apenas um bem privado, no que se refere à produção e descarte dos seus resíduos. Dentro desse processo, ao longo dos últimos 30 anos, pode-se afirmar que os recursos naturais são tratados apenas como matéria-prima para o processo produtivo, principalmente no processo produtivo industrial. O que aconteceu é que este modelo, da maneira como foi idealizado, não é sustentável ao longo do tempo. Ficou claro que os recursos naturais eram esgotáveis e, portanto, finitos, se mal utilizados (GARDE, 2001).



Assim, surge o conceito de desenvolvimento sustentável para enfrentar a crise ambiental. Não se pode esquecer que sustentabilidade consiste em um conceito, a bem da verdade, bastante amplo e emprega variações de acordo com interesses e posicionamentos, além de ter sido criado recentemente, e por isso mesmo, sujeito às incertezas e dilemas quanto ao seu uso e significado (RUSCHEINSKY, 2004).

É considerando as contradições existentes entre o modelo capitalista e o conceito de desenvolvimento sustentável é que esse trabalho tem por objetivo promover uma reflexão crítica acerca dessas contradições.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma reflexão realizada no âmbito teórico sobre as contradições do modelo capitalista e o conceito de desenvolvimento sustentável, tendo como orientação teórica de reflexão a Educação Ambiental Crítica.

RESULTADOS

Em meados do século XVIII, emergiu através da Revolução Industrial uma série de mudanças de caráter tecnológico, que proporcionaram um grande impacto a nível econômico e social. Dentre os diversos acontecimentos, solidificou um modelo de sociedade baseado em ideologias e acepções voltadas para a riqueza/capital. A doutrina capitalista ganhou popularidade e força, tendo desde sua origem diversos momentos marcados por inconstâncias e riscos sociais (ECO, 92).

Para os adeptos ao capitalismo, a obtenção do lucro está acima dos valores sociais, não importando para tanto como se deu o andamento das ações/atividades que culminaram na conquista da riqueza. Conforme interpretação de Weber (1946) o objetivo central do capitalismo é, sempre e será em todo o lugar, aumentar a riqueza alcançada, aumentar o capital sem se importar com os recursos usados para as conquistas desses bens, seja ele sustentável ou não. E é através desse processo de enriquecimento que se constrói a figura de cidadão, que está predestinado somente ao movimento capitalista. Nessa perspectiva, torna-se inevitável o surgimento de diversos problemas da vida social, já que os conflitos, as disputas e as técnicas para obtenção do lucro são as mais diversas possíveis.

O crescimento acelerado, a produção em larga escala e o não controle dos processos produtivos também trazem consequências para a dimensão natural do ambiente, retratados pela ocorrência de desastres na natureza. Para Catani (1999), a crise ambiental é uma agravante frente os riscos sociais, os danos no ambiente causado, sobretudo, pelas indústrias, além de catástrofes climáticas e saqueamento incontrolado dos recursos naturais são fatos que além de remeter dúvidas sobre a predominância do paradigma dominante, mostram que a sociedade atual convive à beira de catástrofes de diversas proporções.

Desde que o paradigma capitalista foi concebido, implantado e reconhecido, que as informações indicam que se trata de um modelo marcado por profundos questionamentos e crises cíclicas. Historicamente, sua essência tem sido desenvolvida a partir de soluções imprecisas, imediatas e atenuantes, que de modo geral não provocam a devida solução dos fatos. O crescimento interminável de desigualdades sociais, na qual a maioria das riquezas concentra-se sobre o poder de poucos, contribuem significativamente para o desenvolvimento



de outros colapsos de nível político, ambiental e, sobretudo, econômico. Nessa perspectiva, aumenta a necessidade de promoção por alternativas com respostas voltadas a sustentabilidade.

Pode-se perfeitamente identificar nesse contexto de instabilidade, ausência de políticas sustentáveis, a incipiente articulação de ideias objetivando a transformação do contexto atual. Para muitos, a continuidade e ampliação dos riscos sociais fazem parte do contexto e concepção da doutrina capitalista, o que por si só é visto com normalidade.

Em função dos problemas trazidos pelo modelo capitalista de desenvolvimento a discussão em torno do conceito de desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa aos problemas dele decorrentes. Um dos aspectos positivos a ser considerado, que está por trás do conceito é a tentativa de resolver as contradições entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e necessidade de conservar os recursos ambientais, não somente em benefício das gerações atuais, mas também das futuras.

Sobre o desenvolvimento sustentável, Jacobi (2003) identifica duas correntes. A primeira do Clube Roma 1972 sob o título “Limites de Crescimento”, onde se defende a ideia que para se alcançar a estabilidade econômica e ecológica deve-se controlar a expansão demográfica e capitalista, devido à realidade dos recursos que são limitados. A segunda corrente está relacionada com a crítica ao modo de vida contemporâneo e tem como pressuposto a existência de sustentabilidade social, econômica e ecológica surgindo como resposta para harmonizar os processos ambientais e os socioeconômicos, buscando maximizar a produção dos ecossistemas, no intuito de favorecer o suprimento das necessidades humanas presentes e futuras.

A concepção de desenvolvimento sustentável do Clube de Roma nada se compromete a mudar o estilo usurpador de acúmulo de capital, ocultando-se nas necessidades humanas. A estabilidade deste estilo de desenvolvimento sustentável consiste em reorientar sua produção para formas ambientalmente corretas, porém de olho na produção em escala mundial (TOMASONI, 2000).

É importante destacar que essa corrente de desenvolvimento sustentável associada ao Clube de Roma está associada à maioria das discussões e ações divulgadas pelas empresas e meios de comunicação que possuem uma preocupação genuína com efeitos negativos da exploração exacerbada dos recursos, mas não quer abrir mão do paradigma que norteia o capitalismo, portanto se restringe a uma discussão superficial e pontual da problemática apenas reagindo aos problemas a medida que esses aparecem e começam a incomodar.

Por outro lado a segunda corrente é pautada na crítica ao modo de vida contemporânea. Segundo Loureiro (2007), corrente é compatível com a abordagem da educação ambiental crítica a qual questiona a sociedade e a forma como nos constituímos em determinado contexto e recusa as formas passivas de aceitação da realidade. Além disso, é importante destacar que a educação ambiental tem uma proposta ética de longo alcance que pretende reposicionar o ser humano no mundo, convocando-o a reconhecer a alteridade da natureza e a integridade e o direito à existência não utilitária do ambiente. Essa corrente, portanto, aprofunda a discussão muito além em relação à perspectiva anterior. Essa abordagem também questiona o paradigma vigente, o qual é pautado numa racionalidade econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A discussão em torno do conceito de desenvolvimento sustentável é fundamental para se conseguir a transformação da realidade com vistas à justiça ambiental e social. Nesse sentido a Educação Ambiental crítica apresenta características essenciais para contribuir com uma reflexão mais aprofundada, contextualiza, que não apenas reaja aos problemas ambientais mantendo a essência do paradigma vigente como acontece com a maioria dos discursos sobre sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ECO-92, **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>. Acesso em 23 de Julho 2013.

GARDE, Antonio. **Gestión Pública: Consideraciones teóricas y operativas**. Madrid: FIIAPP, 2001; In: MARQUES, João Batista. A gestão pública moderna e a credibilidade nas políticas públicas. Brasília a. 40 n. 158 abr./jun. 2003. p. 221-225. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/19821/public/19821-19822-1-PB.pdf>. Acesso em 12 de Julho de 2013.

GUIMARÃES, Mauro. **Armadilha paradigmática na educação ambiental**. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philipe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental e Cidadania**. In: CASCINO, Fabio; JACOBI, Pedro.; OLIVEIRA, José Flavio (Orgs.) **Educação, Meio Ambiente e Cidadania**. São Paulo: SMA/CEAM, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REZENDE, Viviane Almeida; OLIVEIRA, Debora Evangelista Reis. **Capitalismo, relação homem-natureza e educação: reflexões sobre a crise socioambiental**. In: Anais do IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. Laranjeiras, SE. 2010.

RUSCHEINSKY, Aloisio. **No Conflito das Interpretações: o enredo da sustentabilidade**. In: RUSCHEINSKY, Aloisio (Org) **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.15-33.



SANTOS, Boaventura de Souza. **O Estado do Mundo Segundo Três Interrogações.** Inquérito Jornal de Letras. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/opiniaio/bss/183pt.php>. Acesso em: 26 de Julho de 2013.

TOMASONI, Marco Antonio; TOMASONI, Sonia. Marise **Ecologia, Ética e Ambientalismo**: prefácio de suas ambiguidades. Lavras: 2000. Disponível em: www.ufla.br. Acesso em: 20 de Julho. 2013.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Publicado pela Oxford University Press, 1946. Rio de Janeiro: Guanabara, 5ª Ed., 1963.